

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.692 - PB
(2018/0210514-0)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **SINDICATO DOS REVENDADORES DE COMBUSTÍVEIS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO DE CAMPINA GRANDE E
INTERIOR DA PARAIBA**
ADVOGADO : **ANDRÉ LUIS MACEDO PEREIRA DA COSTA E OUTRO(S) -
PB013313**
AGRAVADO : **ESTADO DA PARAÍBA**
PROCURADOR : **SÉRGIO ROBERTO FELIX LIMA E OUTRO(S) - PE029242**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.025 DO CPC/2015. PRECEDENTE.

1. O art. 18 da Lei nº 7.347/1985 não foi objeto de prequestionamento na origem, nem mesmo com a oposição embargos de declaração, o que atraiu a incidência da Súmula nº 211 do STJ. Impende registrar que a aplicabilidade do art. 1.025 do CPC/2015 ocorre quando o tribunal superior considera existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido. Porém, no caso dos autos sequer houve alegação de ofensa aos arts. 535 do CPC/1973 ou 1.022 do CPC/2015, o que afasta a aplicabilidade do referido art. 1.025 do CPC/2015. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.215.641/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/05/2018.
2. Agravo interno do Sindicato não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator